

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PILOTO
DE BASE SEMÂNTICO-LEXICAL DO ESTADO DO PARÁ/1997

Cecilia Maria Tavares Dias (UFPA)

ceciliatavaresdias@gmail.com

Orlando Cassique Sobrinho (UFPA)

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo que foi realizado a partir de aplicação do questionário piloto de base semântico-lexical em um ponto de inquérito no estado do Pará e está vinculado ao projeto “Atlas Geossociolinguístico do Pará”, coordenado pelo Prof. Abdelhak Razky. Desse modo, está embasado nos postulados teóricos da sociolinguística e da geografia linguística e tem como alicerce um corpus constituído de quatro fitas de áudio, referente a quatro informantes, moradores da zona rural de Tucuruí. Seu objetivo foi o de testar a adequação do questionário piloto à realidade dos falantes paraenses e identificar as possíveis variações lexicais existentes nas localidades pesquisadas.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variedade linguística. Atlas do Pará.

1. Introdução

Este artigo é um recorte de um trabalho de conclusão de curso, que realizei nos anos 90, que tratava de uma investigação de base semântico-lexical, aplicada num município amazônico, sudeste paraense, vinculada ao Projeto “Atlas Geossociolinguístico do Pará”, coordenado pelo professor Abdelhak Razky. Por isso, os fundamentos incluem primeiramente, algumas definições de sociolinguística; em seguida, introduz alguns aspectos de variação linguística e, finalmente, faz referências à geografia linguística. Assim, fez-se necessário optar-se por estes três enfoques: sociolinguística, variação e geografia linguística, por se tratar de um estudo que abarca tais aspectos.

2. A sociolinguística

Para Elia (1987, p. 21), “de um modo geral, pode-se dizer que a Sociolinguística estuda as relações entre língua e sociedade”. Posteriormente, o autor (187, p. 35) acrescenta que “no nível mais abstrato, a sociolinguística deveria estudar os fatores sociais que condicionam a competência linguística de uma comunidade”. Segundo Orlandi (1993), o objetivo da sociolinguística é sistematizar a variação existente na lingua-

gem, para tanto, ele considera que o sistema da língua não é homogêneo, mas heterogêneo e dinâmico. As regras, portanto, têm de abranger a variação das formas.

A sociolinguística considera o falar natural do falante e os sociolinguistas analisam as formas linguísticas usadas pelos falantes em seu meio social. O informante é visto como um falante real e tudo o que diz interessa ao estudo do questionário de base semântico-lexical. Os elementos da fala do informante, várias vezes distantes da língua utilizada pelo pesquisador, registram marcas próprias do seu dizer, da localidade e do grupo (localidade que reside e do grupo social ao qual pertencente). E são, justamente, essas marcas próprias que constituem a riqueza desta abordagem. Conforme Tarallo (1986, p. 6-7), os resultados da língua que optam por uma abordagem sociolinguística se propõem a “analisar e aprender a sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala”. Acrescenta, que podem ser entendidos como sociolinguistas, todos aqueles que entendem por língua um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana.

3. *Variação linguística*

Diferentes variedades linguísticas são apresentadas numa mesma língua, determinadas pela localização geográfica e pelo contexto socio-cultural de seus falantes. E é através do processo de comunicação que os indivíduos aprendem sua função social e adquirem sua identidade cultural, pois ao nascer o indivíduo é inserido num contexto socioeconômico cultural pré-existente e à medida que cresce participa de um processo de socialização que o transformam um indivíduo falante de uma determinada variedade da língua, sob influência do meio social em que vive. Os indivíduos aprendem sua função social e adquirem sua identidade cultural através do processo de comunicação, o qual seleciona os diversos comportamentos do indivíduo como o que fala, onde, em que momento e como se diz. Pois ao falar, sua estrutura social é reforçada, formando assim a identidade cultural, peculiar do indivíduo, visto que seu modo de falar é identificado com a maneira de viver do grupo social e da localidade onde mora.

E justamente no meio social a que está inserido, que os grupos socioeconômico-geográfico-culturais diferentes possuem modos próprios de falar, traduzem variadas maneiras de viver, e por extensão aparecem

daí as variedades linguísticas, que ora podem ser de natureza geográficas (caracterizando os dialetos regionais), ora socioculturais, o que representa os dialetos sociais. As variedades geográficas se referem aos regionalismos, os quais, caracterizam, entre outros, a maneira de falar dos falantes de cada região de um país, assim como distingue o falar urbano do falar rural. Há alterações destas variedades no que tange aos limites de uma determinada variedade geográfica, haja vista diversos fatores, como a idade, a posição social, grau de escolaridade, profissão que contribuem para que haja variedades linguísticas empregadas pelo falante, como por exemplo, a variedade urbana, que se manifesta em diferentes variantes socioculturais. As variedades linguísticas se explicam nas diferentes formas de falar, seja no léxico empregado, na morfossintaxe e/ou na fonologia. Este trabalho concentra-se na variedade lexical.

4. A geografia linguística

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1964, p. 194)

Jules Gilliéron criou o método de pesquisa conhecido pelo nome de geografia linguística, levando mapas de distribuição de cada forma vocabular num território dado, mediante um inquérito linguístico em que o pesquisador interroga um ou mais informante em cada localidade, e o cotejo das diferenças da forma colhida entre cada uma localidade e as demais veio evidenciar entre os falantes locais séries de empréstimos a respeito de casos em que se acreditava, ingenuamente, na persistência de um mesmo vocabulário durante um curso de séculos.

Conforme com Coseriu *apud* Brandão (1991), geografia linguística designa

o método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguística (fônicas, lexicais ou gramaticais) território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

De acordo com Brandão (1991), apesar de nenhum método abarcar a totalidade da variabilidade de uma língua, os princípios da geografia linguística combinados aos da sociolinguística podem ensejar um melhor conhecimento do mecanismo com que opera uma língua e dos fatores que determinam sua evolução.

A geografia linguística pressupõe mencionar os conceitos de língua, dialeto e falar. Para Alvar, *apud* Brandão (1991),

língua é um sistema linguístico de que se utiliza uma comunidade falante e que se caracteriza por ser grandemente diferenciado, por possuir alto grau de nívelação, por ser veículo de importante tradução literária e, por ter-se imposto a sistemas linguísticos de sua própria origem.

Dialeto pressupõe “sistemas divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação, mas sem forte diferenciação frente a outros de origem comum”. Em se tratando do falar, há uma distinção entre falares regionais e locais. Os regionais apresentam particularidades expressivas próprias de uma determinada região e precisam da coerência interna que possui o dialeto, e os locais apresentam estruturas linguísticas de traços pouco diferenciados, mas com matizes características dentro da estrutural regional a que pertence e cujos usos estão limitados a pequenas circunscrições geográficas, normalmente de caráter administrativo.

Conforme Brandão (1991), o estudo da modalidade oral do Português do Brasil, além da dialetologia e sociolinguística, ampara-se em pressupostos históricos. Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Sérgio Buarque e José Honório Rodrigues, ressaltam que a história deve subsidiar as pesquisas linguísticas, normalmente aquelas que tenham por escopo a língua oral. Embora o nosso pluralismo cultural seja evidenciado por escritores regionalistas através de obras que retratam peculiaridades etnográficas e linguísticas, é necessária a elaboração de um Atlas linguístico que retrate a realidade da língua falada no Brasil.

5. O atlas linguístico

De acordo com Brandão (1991), um atlas linguístico é o conjunto de mapas em que se registram os traços fonéticos e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. Para se chegar a uma descrição fiel da realidade linguística do país, região ou localidade, é essencial não somente recolher e analisar os dados, segundo rigorosa metodologia específica, mas também proceder a um estudo preliminar que possibilite conhecer as especificidades da região e dos segmentos sociais onde se desenvolverá a pesquisa. É necessário incluir variáveis como: idade, sexo, nível de instrução, fator socioeconômico, com o objetivo de obter máxima revelação das peculiaridades do sistema dialetal e conhecimento adequado dos conhecimentos socioculturais que presidem a distribuição geográfica dos fenômenos linguísticos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

As etapas que compõem um atlas linguístico são apresentadas por Brandão (1991), cuja primeira etapa refere-se ao levantamento preliminar de dados. Várias são as exigências necessárias para a elaboração de um atlas linguístico, entre eles, um estudo de inquérito e dos interlocutores, a elaboração do questionário para a recolha dos dados e a leitura de obras que caracterizem a área de pesquisa. A segunda etapa refere-se à fixação dos pontos de inquérito. É preciso que se atente para alguns aspectos relevantes ao ponto de inquérito, como a seleção dos lugares em que se realiza a recolha dos dados é baseada na relação entre os fatores extensão territorial e a população da área estudada. Também são importantes na determinação do ponto de inquérito, aspectos históricos e geoeconômicos. Os números de pontos de inquérito podem ser alterados durante a análise dos resultados dos dados.

Em seguida, tem-se a etapa que trata da seleção dos informantes, que devem ser considerados por ponto de inquérito, segundo os critérios que norteiam sua escolha, como por exemplo, ser nativo da localidade (pais e cônjuge); não apresentar problemas de dentição e fonação; ser inteligente e loquaz. A faixa etária, o sexo, o nível de escolaridade e a situação socioeconômica são fatores determinantes para a compreensão dos fatores que determinam a mudança ou conservação linguística, por tratar-se de um estudo sociolinguístico. A etapa seguinte refere-se à recolha de dados.

A aplicação do questionário com variáveis linguísticas, devidamente selecionadas, permitirá que se caracterizem as áreas dialetais. A formulação das perguntas depende dos objetivos do projeto, de modo claro e que vise ao estudo de aspectos fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos. É necessário que se faça um levantamento preliminar de dados para um devido conhecimento da região e para uma prévia seleção de fenômenos cuja extensão não tenha sido delimitada. Devido à carência de conhecimento da língua falada, aqui no Brasil, torna-se imprescindível a elaboração de um pré-questionário um tanto quanto exaustivo e geral que após a sua aplicação, indique as questões que devem ser objeto de uma atenção considerada por parte do pesquisador, e o leve à elaboração do questionário que lhe permitirá confeccionar as cartas linguísticas e/ou etnográficas torna-se necessário.

Para Gilliéron *apud* Brandão (1991), o questionário ideal seria aquele que se faria ao término da pesquisa, pois só ela dá a dimensão dos fatos relevantes e o grau da variação existente. Em se tratando da organização do questionário este deve contemplar as peculiaridades de cada re-

gião. Para tanto, destacam-se vários critérios gerais, com elaboração de dois questionários para o Atlas de territórios com considerável variedade idiomática sem um, de caráter geral, para todos as localidades; e outro, especial contemplando aspectos que só se dão em algumas regiões como: cultivos, indústrias, pescas e outros. O questionário deve ser organizado por campos semânticos (corpo humano, alimentação, vestuário, etc.) ordenando suas questões em ordem lógica, com vistas a desenvolver uma conversa coerente com o informante e atentando para que as questões correspondam a um conceito preciso, delimitado e único. Para obtenção de material lexical, em dialetologia, Trudgill, *apud* Brandão (1991), propõe gravações de elocuições livres e aplicação de questionário. Quanto ao inquérito, no trabalho de campo, o pesquisador depara-se com uma série de expectativas: grau de receptividade das comunidades que se pretende estudar; postura a ser assumida durante a entrevista a fim de que se estabeleça maior identidade possível entre pesquisador e informante; modo de formulação de perguntas, para que não induza o informante à resposta ou respostas que fujam às estruturas linguísticas que lhe são peculiares e que abarque detalhadamente os fatos que se quer focalizar.

É muito importante realizar o inquérito experimental, pois através de sua realização poderá se mudar os critérios para a seleção de informantes, inclusão ou exclusão de perguntas e a ampliação do número de pontos de inquérito. Assim, o pesquisador poderá ter uma dimensão real das dificuldades materiais que enfrentará no decorrer do trabalho. O documento bem fundamentado linguisticamente deve discutir com os outros membros da equipe sobre a melhor forma de conseguir as respostas que deseja, assim como deter o máximo conhecimento sobre as características culturais e linguísticas da região e dominar o sistema de notação fonética a ser utilizado na fase de transcrição de dados. Várias providências se têm que tomar para o fator ponto de inquérito, tais como, estabelecer contato com os membros da comunidade e familiarizar-se com ela; selecionar os informantes de acordo com os critérios preestabelecidos; aplicar o questionário e/ou registrar elocuições livres, tendo em mãos um gravador de boa qualidade.

A distribuição dos trabalhos pode se dar através da divisão das localidades entre os membros da equipe e dos temas do questionário, ou os documentadores podem atuar em conjunto, o que proporciona uma discussão coletiva. Quanto ao arquivamento e transcrição dos dados, a gravação em fitas magnetofônicas possibilita a investigação exaustiva dos dados. Opta-se pela transcrição grafemática. As respostas que ilustrarão

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

as cartas fonéticas deverão ser transcritas foneticamente em fichas ou cadernos especiais por localidades. O arquivamento do material, além de facilitar o trabalho do pesquisador, poderá ser utilizado por estudiosos de outras áreas. No que se refere ao preparo das cartas, de acordo com os objetivos do pesquisador, as cartas, todas numeradas, podem registrar as variantes de um fonema ou as variantes fonéticas de um significante de um vocábulo; as palavras que correspondem ao mesmo conceito, independentemente de sua variação fônica; as variações de um determinado traço morfológico; e as variações de uma mesma estrutura sintática.

As formas de apresentação das cartas podem ser pontuais, sintéticas ou mistas. Sendo que a primeira apresenta uma transcrição das formas por ponto; a segunda apresenta a análise que reúne as formas semelhantes documentadas; e a última assinada, com um símbolo próprio, cada variante sem, no entanto, apresentar detalhe de cada segmento fônico obtido. As informações complementares para adequada e produtiva interpretação das cartas são: a apresentação do sistema de transcrição fonética empregado; as normas de apresentação das cartas e das respostas; nomes dos informantes, seguidos de dados pessoais (idade, profissão, naturalidade, grau de instrução etc.); o elenco de localidades em que se realizaram os inquéritos (caracterizados fisiográfica, histórica, geográfica e economicamente); os nomes e a área de atuação dos documentadores; e a metodologia empregada (recolha de dados, seleção de informantes e pontos de inquérito).

Dentre os atlas linguísticos que se dispõe, encontra-se o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, publicado em 1963 e organizada do por Nelson Rossi. Este foi o primeiro documento feito com técnicas mais rigorosas e é o resultado de uma aprendizagem baseada na experimentação. Registra 2808 formas em quatro áreas semânticas (homem, biológico, terra, vegetais), em cinquenta pontos de inquérito, distribuído em 154 cartas ilustradas e resumitivas. Dois informantes por localidade, sem obrigatoriedade de apresentarem sexos diferentes. Questionário de 164 perguntas. Permitiu, apesar do pequeno número de pontos, traçar algumas áreas linguísticas no estado da Bahia e evidenciar traços fonéticos, léxicos e semânticos. A partir deste atlas se criou um grupo bastante motivado para o estudo de questões que dizem respeito à diversidade linguísticas no Brasil. O *Atlas Linguístico de Sergipe*, iniciado no Nelson Rossi em 1963, e publicado em 1987. Esse foi o atlas melhor elaborado dos quatro que se encontram disponíveis no momento. É uma continuação do APFB, com 15 pontos de inquérito, do sul ao norte do Estado.

Aos informantes foram aplicadas 700 perguntas que geraram 182 cartas. As cartas vêm elaboradas de comentário sobre o modo de formulação das perguntas que motivou a forma recolhida; o contexto frásico em que apareceu; e as acepções em que ocorreram. A maioria dos informantes pertencia à faixa etária de 35 a 50 anos. Houve também mapeamento das atividades econômicas predominantes nas localidades, facilitando a compreensão dos condicionamentos culturais das lexias apresentadas.

O *Atlas Linguístico de Minas Gerais* teve a recolha de dados iniciada em 1970 e o primeiro volume publicado em 1977. O questionário apresentava como campo semântico: tempo, folguedos infantis, o homem, água e terra. Seus elaboradores foram José Ribeiro e Roberto Zágari da Universidade Federal de Juiz de Fora. Apresenta pesquisa sociolinguística ao verificar a influência exercida pelos negros a fala de certos locais. O *Atlas Linguístico da Paraíba*, que gerou três volumes, dos quais foram publicados dois, faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, que tem por objetivo realizar um levantamento paradigmático do léxico paraibano, analisando, ainda, os falares de pessoas de nível cultural mais alto. Coordenado por Maria do Socorro S. de Aragão e Cleusa Palmeira R. de Menezes, o projeto foi elaborado em 1976. Foram entrevistados de três a dez informantes cada uma das 25 sedes de municípios, utilizando-se um questionário de duas partes: a geral (2889 questões em sete campos semânticos); e a específica (588 questões, léxico relativo aos 5 principais produtos agrícolas). Além dos atlas linguísticos já publicados, outros se encontram em processo de elaboração. Este trabalho pretende ser uma contribuição ao Atlas Geo-sociolinguístico do Pará, em andamento, cujo projeto tem por objetivo geral: elaborar o Atlas geossociolinguístico do Pará; e como objetivos específicos: elaborar o Atlas geossociolinguístico do sudeste paraense; e identificar, analisar e mapear a variação linguística. A pesquisa envolverá três componentes: variação fonética, variação morfossintática e variação lexical, sem excluir as consequências do contato linguístico entre variações regionais ao nível micro e macrosociolinguístico.

A elaboração do atlas referido compreende três etapas: a primeira etapa foi implantada em Belém com o fim de se criar uma amostra estratificada de quarenta e dois informantes representando a cidade de Belém. Na segunda etapa, escolheram-se os pontos linguísticos que serão pesquisados. Nesta etapa foram selecionados cinquenta e sete pontos de inquérito. Na terceira etapa serão pesquisados vinte e sete pontos linguísticos, compreendendo uma pesquisa urbana e outra rural. Para tanto, dois

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

questionários serão seguindo a tradição dialetológica, um geral para todos as localidades e um outro específico para aspectos ligados à região investigada.

6. *Dados sócio-histórico-geográficos*

6.1. O estado do Pará

O estado do Pará tem uma extensão territorial de 1.253.164,5 km², sendo o segundo maior Estado da União – ficando atrás apenas do estado do Amazonas. A população paraense – de acordo com os dados último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 – é de 5.332.187 habitantes, dos quais 2.353.672 (47,54%) pertencem à zona rural e 2.596.388 (52,46%) à zona urbana. A população rural conta com 1.237.787 homens (52,59%) e 1.115.885 mulheres (47,41%), enquanto que nas cidades a população masculina é de 1.264.635 (48,71%) e a feminina de 1.331.753 (51,29%).

A população paraense é composta de 2.798.149 pessoas alfabetizadas e por 1.439.121 que não sofreram processo de alfabetização. A densidade demográfica é de 5,07 habitantes/km² e as maiores concentrações populacionais se encontram na região metropolitana de Belém e nas microrregiões de Santarém, Cametá e Guamá, respectivamente.

6.2. Tucuruí

As informações constantes, neste trabalho, sobre o município de Tucuruí, conferem com o período pesquisado. Para tanto, dados como número de habitantes, por exemplo, estão desatualizados para o momento.

A cidade de Tucuruí está localizada no sudeste do Pará, a microrregião de Tucuruí, zona do Alto Tocantins, banhada de norte a sul pelo Rio Tocantins. Sua extensão territorial é de 2.095 Km² (15 Km² urbano e 2.080 Km² 12 rural) e seu clima é tropical úmido de monção, tipo AM. A média anual da temperatura varia de 26° a 27° C, com máxima 32° a 33° C, e mínima de 22° a 23° C. Sua população é de 73.740 habitantes (IBGE-2000). Há na zona urbana de Tucuruí 60.867 habitantes correspondentes ao percentual de 82,54%, e zona rural 12.873 habitantes correspondentes ao percentual de 17,46%. A população masculina é de 59,39%

e a feminina corresponde a 49,61% e a densidade demográfica é de 28,5 habitantes por km².

A economia do município em épocas passadas era baseada unicamente na castanha-do-pará, pesca e madeira de boa qualidade. Hoje, volta para a exportação de madeiras, indústrias de leite, agricultura, pesca, pecuária, extração de argila, madeira, areia, couro, etc. A extração de madeira de lei é exportada para diversos pontos do mundo, como África, Alemanha e outros. Seus resíduos são aproveitados para a produção de carvão vegetal na ordem de três mil toneladas/ano comercializados com a CCM (Camargo Correa e Metais).

Com a formação do lago artificial da UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí) a atividade pesqueira obteve 100% de crescimento. São retiradas do lago 80 a 100 toneladas de peixe por mês, principalmente, tucunaré, pescada, mapará e jacundá. Cabe destacar que a produção de pescado não é totalmente consumida no município. Uma parcela significativa desta produção é voltada para a exportação para outros estados e municípios. A agricultura do município é feita geralmente de maneira primitiva. Os principais produtos agrícolas são: o abacaxi, o arroz, o feijão, a mandioca, a melancia e o milho (produtos de culturas temporárias); o abacate, a banana, o cacau, o café, o coco, a laranja, o maracujá (principais produtos de culturas permanentes).

Em consequência da UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí), o setor industrial cresceu aceleradamente no município, destacando-se as indústrias de transformação – energia gerada que beneficia parte da região Norte e algumas cidades do Nordeste e Centro-Oeste. Em se tratando da região Norte a maior parte desta energia é destinada para grandes projetos minério-metalúrgicos, tais como Alunorte, Albrás e o grande Projeto Carajás. Além da UHT, a Camargo Correa Metais – CCM, instalada no vizinho município de Breu Branco, gera cerca de 400 empregos diretos que beneficiam diretamente o município de Tucuruí, graças a facilidade de acesso entre as cidades. Tucuruí também apresenta indústria manufatureira ou artesanal, assim como um comércio bem diversificado e distribuído.

A cidade possui 07 agências bancárias (duas do Banco do Brasil, sendo que uma é na *Vila Permanente e o outro na cidade), 68 estabelecimentos de ensino (40 escolas na zona urbana e 28 na zona rural), 02 estabelecimentos na área federal de ensino (um *campus* avançado da UFPA e uma filial da Escola Técnica Federal do Pará), 02 agências dos Correios

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(01 na cidade e outro no centro comercial da Vila Permanente), serviços médico-hospitalares (rede básica municipal): 02 prontos-socorros, 03 postos de saúde, 04 centros de saúde, 01 clínica odontológica, 16 consultórios médicos particulares, 05 consultórios odontológicos particulares e 05 laboratórios de análises clínicas.

O acesso à cidade se dá por vias rodoviária, fluvial e aérea. Geograficamente, ela se limita ao norte com Baião, ao sul com Novo Repartimento, ao leste com Breu Branco e ao oeste com Pacajá. Sua distância para a capital do estado (Belém) é de 280 km em linha reta, 400 km por via fluvial, 385 km por via terrestre e 185 km por via aérea. Se considerarmos o território de Tucuruí na data de emancipação, antes da barragem da hidroelétrica, a origem nativa do município, pode estar ligada a três povos ou nações indígenas, embora duas atualmente, devido a formação do lago, tiveram que ser removidas para outras áreas demarcada sem outros municípios.

Os primeiros fatos históricos que se têm registros do município de Tucuruí, datam de 1791, quando a Vila de Pederneiras foi fundada pelo governador José Nápoles Telles de Menezes. No entanto a cidade de Tucuruí verdadeiramente, foi fundada por volta do mês de fevereiro de 1782, quando o então governador mandou construir um forte de Fachina, denominado Nossa Senhora de Nazaré, criando assim o registro de Alcobaça, obstante a esse fato já existia no local um Mocambo comandado por uma mulher Felipa Maria Aranha que governava cerca de 300 negros que haviam fugidos em sua maioria de engenhos ou cacoais da região de Cametá.

Os negros que haviam fugido da escravidão, viviam em uma verdadeira república, inclusive, com uma jurisdição policial por eles criada, praticando uma agricultura de subsistência e, é a partir daquele mocambo que se inicia a história do atual município de Tucuruí. Em 31 de dezembro de 1870, pela lei nº 661, o governador provisório do Pará criou a freguesia de São Paulo, no lugar Pederneiras. Cinco anos depois, a 19 de abril de 1875, pela lei nº 839 foi elevada a categoria de freguesia São Pedro Pedemeiras. A denominação São Pedro de Alcobaça perdeu até 1943 quando o decreto lei nº 4505 de 30 de dezembro surge a nova denominação de Tucuruí, nome de origem tupi-guarani cujo significado é Rio dos Gafanhotos ou Rio das Formigas.

Em meados dos anos 40, foi nomeado para interventor do Pará o general Luiz Geolás de Moura Carvalho, através da lei n.º 62, art. 36 de

31 de dezembro de 1947, surge a emancipação de Tucuruí desmembrando-se do município de Baião. Com o passar dos anos e acontecimentos que marcaram a história do município, entre estes, a estrada de ferro e a hidrelétrica, a cultura local recebeu considerável influência da cultura de outros estados, como a linguagem popular, que nas últimas décadas se modificou, fugindo das tendências regionais caboclas, para se aproximar das características habituais dos outros estados brasileiros dos quais tais populações migraram.

7. Metodologia

7.1. Descrição

O questionário semântico-lexical foi aplicado em três localidades (outroza, zonas rurais de Tucuruí): Breu Branco, Muru (este, hoje pertencente ao município de Breu Branco, emancipado há 7 anos) e Novo Repartimento, ambos na região sudeste do estado. O acesso a esses municípios se dá por via terrestre, gastando-se uma hora para o município de Breu Branco, duas horas para a vila de Muru e duas horas e meia para o município de Novo Repartimento. Os informantes foram selecionados com base no critério geossociolinguístico, indicado no projeto: quatro informantes, sendo informantes do sexo masculino e dois do sexo feminino, cujas faixas etárias indicadas são de 18 a 30 anos e de 40 a 70 anos, e a escolaridade deveria ser até a 4ª série, também o informante teria que ser nativo (sem ter morado em outro lugar) e filho também de nativo.

Foi um pouco difícil selecionar os informantes que se adequassem ao perfil solicitado pelo projeto, em virtude do grande fluxo de pessoas de outras regiões do Brasil à procura de emprego e até mesmo para trabalharem na Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Em função disso, na localidade de Novo Repartimento encontrou-se uma jovem com 18 anos, que atendeu parcialmente ao perfil sugerido pelo projeto, pelo fato de que seu pai nasceu no Maranhão, embora viesse ainda jovem para Tucuruí. Quanto ao outro jovem da faixa etária de 18 a 30 anos, foi mais fácil porque Muru fica mais ao norte de Tucuruí (perto de Baião) e para essas bandas não há consideráveis mudanças de pessoas.

Houve esforço na aplicação do questionário para possibilitar a espontaneidade dos informantes, assumindo-se uma postura familiar e demonstração de interesse pela realidade do lugar. O pesquisador foi adquirindo maior familiaridade com o inquirido, à medida que avançava a

aplicação do questionário, o que lhe foi possibilitando esclarecer melhor as questões e minimizando a ideia de uma entrevista. O questionário possui 256 questões e é dividido em quinze campos semânticos: natureza e acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos; astros e tempo; flora; atividades agropastoris (agricultura, instrumentos agrícolas); fauna; corpo humano; cultura e convívio; ciclo da vida; religião e crenças; festas e divertimentos; habitação; alimentação e cozinha; vestuário e vida urbana.

7.2. Adequação do questionário

Ao começar a aplicação do questionário foi sugerido aos informantes, como meio de enriquecer o *corpus*, que estes narrassem algumas vivências pessoais ou algo que lhes havia sido significativo. O primeiro campo semântico – Natureza e Acidentes Geográficos – é constituído de 18 questões, versando sobre aspectos gerais referentes à natureza: tipos de terrenos e de rio. Das três primeiras perguntas (que faziam parte de uma mesma questão (n.º 01), houve uma certa complexidade na compreensão da pergunta “Que tipo de terreno você conhece?” Constatou-se dificuldade por parte dos informantes em respondê-la. Em relação ao segundo campo semântico – Fenômeno Atmosférico – constituídos de dezessete questões, percebemos que as de n.º 23 a 30 apresentaram variedades de léxico, correspondendo aos novos dados às diversas manifestações do fenômeno da chuva e do vento.

A maior dificuldade ocorreu na questão 35 (“como dizem aqui quando termina a chuva e o sol começa a aparecer?”). As respostas foram diferentes e um informante não conseguiu responder. No terceiro campo semântico – Astro e Tempo – constituído de vinte e duas questões, percebemos dificuldades na aplicação das questões 41 e 49, pelo fato de que os informantes não estabelecerem diferenças entre as respostas haja vista a semelhança entre elas. Sobre o quarto campo semântico – Flora: árvores e frutos, apresentando quatorze questões, constatou-se que a questão de número 67 não repercutiu a realidade dos pontos pesquisados. Insistiu-se na pergunta, mas não se obteve a resposta inerente à questão. As respostas obtidas foram referentes a outras plantas típicas de farmacologia conhecida na região como “erva-doce” e “alfazema”.

No que tange ao quinto campo semântico – atividades agropastoris (agricultura, instrumentos agrícolas), com vinte e oito questões, as perguntas “...a parte da planta onde estão os grãos de trigo, arroz ou milho” e “quando a gente tira todos os grãos do milho, o que sobra?” um in-

formante disse ser a mesma resposta para as duas perguntas. E na questão de nº 90, teve grande dificuldade para se obter a resposta desejada, principalmente pelos informantes de Breu Branco e Muru. Referindo ao sexto campo semântico – Fauna, contendo quarenta e três questões, constatou-se que a questão 123 apresenta uma variedade lexical diferente do que contempla o dicionário. Campo semântico – Cultura e Convívio e o novo campo – Ciclos da Vida não se encontraram dificuldades na aplicação das questões. No sétimo campo semântico – Corpo Humano: parte do corpo, funções, doenças, etc. Por falta de atenção não foi feita a pergunta 144 para os informantes 1 (Zenilde), 2 (Francisco) e 3 (Sebastiana). Também não foi feita a pergunta 164 para o informante 3 e a 156 para o informante 4 (Marcos). Quanto ao décimo campo – Religião e Crenças, com 8 questões, constatou-se que todos os informantes encontraram dificuldades em encontrar as respostas para a questão de nº 202 (“...o objeto que algumas pessoas usam para dar sorte ou afastar males”), tanto que nenhum respondeu.

Sobre o décimo primeiro campo semântico – Festas e Divertimentos, com 18 questões, em relação à questão 217, referente à descrição de brincadeiras, constatou-se que os informantes confundiram-na com outra brincadeira parecida com a do “chicote queimado” conhecida como “anelzinho”, “brinca de anel” ou fuge do conhecimento de mundo da região. No décimo segundo campo semântico – Habitação, no décimo terceiro – “Alimentação e Cozinha” e décimo quarto campo semântico – Vestuário, não se encontraram dificuldades na aplicação das questões.

Durante a aplicação do questionário, um dos informantes (nº. 3) foi interrompido várias vezes porque não havia quem cuidasse de seu bebê. Isso chegou a deixá-lo um pouco incomodado em preferir algumas respostas. Embora esse imprevisto, o informante não perdeu o bom humor. Os demais informantes também se mantiveram satisfeitos e bem-humorados durante toda a recepção do questionário. Apesar de ter-se verificado a necessidade de algumas mudanças, o questionário, de um modo geral, alcançou boa receptividade por parte dos informantes. No entanto, a aplicação, por parte do pesquisador, apontou certas limitações devidas, muito provavelmente, à extensão do questionário, ao fato de determinadas questões não apresentarem temáticas referentes à realidade local e à linguagem sugerida na formulação das questões que, em alguns casos, desviava o raciocínio do informante da obtenção da resposta.

7.3. Análise final

Com base nos dados analisados, constatou-se predominância na variação linguística no município. Os informantes mencionaram um total de 693 palavras, o que denota a riqueza semântico-lexical da região. Do quantitativo total referido no *corpus* 88 palavras se mantiveram unânimes entre os informantes: ilha, raio, nuvem, arco-íris, lua, sol, estrela, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, novembro, dezembro, ontem, “ontonte”, amanhã, raiz, caroço, espinho, enxada, machado, poço, balde, coador, “bage” (vagem), cangalha, aranha, teia, carapato, ovo, dois ovos, clara, gema, tucunaré, guelra, isca, piolho, lêndea, pulga, vaga-lume, urubu, beija-flor, rabo, chifre, mocho, sanguessuga, gogó, calcanhar, cócegas, “zanolho”, terçol, soluço, corcunda, canhoto, sovaco, vomitando, quebranto, parteira, gêmeas, mãe-de-leite, irmão-de-leite, caçula, menino, menina, visagem, medalha, peteca, baladeira, papagaio (brinquedo), ladrão, chave, grade, isqueiro, lanterna, bagana, bota, camisa, chapéu, vestido, meia, paletó, saia, calcinha.

8. Considerações finais

Por tratar-se da aplicação de um questionário piloto de base semântico-lexical do Estado do Pará, um dos objetivos deste trabalho foi o de testar a adequação do referido questionário à realidade dos falantes paraenses. Neste sentido, sua aplicação revelou algumas inadequações que acarretam sugestões de alterações. Na primeira questão sobre tipos de terrenos, referente ao primeiro campo semântico e acidentes geográficos, houve hesitação pela maioria dos informantes em responder à questão “Que nome se dá aqui para o terreno ou a terra que fica próxima ao rio?”. Sugere-se a possibilidade de em desdobramento da questão em três: “tipo de terreno, tipo de terra que fica próxima ao rio, o que se pode plantar em cada um dos tipos de terreno”.

A questão 67, referente ao quarto campo semântico “flora”, é desconhecida dos quatro informantes, uma vez que trata de um tipo de planta que não há na região. Sugere-se que esta questão seja suprimida ou substituída por outras plantas medicinais mais utilizadas na região, por exemplo substituir camomila por erva-doce/alfazema. Do décimo primeiro campo semântico, referente a festas e divertimentos, este necessitaria ser melhor trabalhado considerando a realidade local, acrescentando questões referentes a brincadeiras em conformidade com a cultura re-

gional, tais como queima, amarelinha etc., ao invés de chicote queimado, ovo podre, como na questão 217, por exemplo.

Quanto ao décimo terceiro campo semântico, sugere-se que deveria haver questões que incluíssem alimentação no sentido de pesquisar as variações e mesmo especialidades da culinária local, dada a grande originalidade e diversificação deste campo semântico. Outro campo, o quatro sobre a flora, também poderia ser explorado por envolver os frutos regionais, ou mesmo frutos que são encontrados em outras regiões, mas que recebem outras denominações na região. Na aplicação do questionário piloto, do modo como foi elaborado, observou-se em determinados momentos dificuldades em tornar a questão clara ao informante para a obtenção da resposta desejada, alongando-se no questionamento e explicação para que houvesse entendimento, por vezes este alongamento dispersava ainda mais o informante, tornando o questionário um tanto cansativo.

A fim de facilitar a aplicação do questionário, sugeriu-se em anexo ao trabalho, um conjunto de figuras ilustrativas referentes às questões que tratavam de objetos concretos, tais como, ponte, bolsa, entre outros. Segundo Gilliéron, o questionário ideal seria aquele que se faria ao término da pesquisa. Nesse sentido, o que foi apresentado anteriormente pretende ser uma contribuição à reelaboração do questionário tendo em vista à realidade local e regional, constatada a partir da aplicação do questionário piloto em um ponto de inquérito no Estado do Pará: Tucuruí, conforme figura 1, anexa a este trabalho. Na análise dos dados coletados através do questionário aplicado, pôde-se identificar possíveis variações lexicais na localidade pesquisada, conforme as tabelas por campo semântico apresentadas no corpo deste trabalho. Os dados apresentados nas tabelas, bem como o conjunto de fitas de áudio anexas ao trabalho, estão disponíveis e possibilitam inúmeras investigações no campo da Sociolinguística.

Ao término do trabalho foi possível identificar que há variações linguísticas, assim como há léxicos que se mantêm unânimes em sua utilização, ou seja, não apresentam variação, conforme respostas obtidas através da aplicação do questionário em quatro informantes. Os informantes mencionaram palavras, das quais apenas 88 foram citadas pelos quatro. O que denota a riqueza semântico-lexical da região. A variação linguística é preponderante em relação a não variação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Silva Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de linguística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- ELIA, Silvio. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Padrão/Eduff, 1987.
- FONSECA, C., *Sinopse da história dos municípios do Pará*. [Livro antigo da Biblioteca Estadual. [Sem dados editoriais].
- IBGE, 1991, Censo Demográfico. Produção agrícola municipal. Produção Pecuária. *A Província do Pará*, 27 e 28/03/1994.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- ORLANDI, Eni. *O que é linguística*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- REVISTA *Nosso Pará*, 1996, n. 2.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.